



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2873, DE 2022

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para criminalizar a violação do sigilo nas hipóteses de realização de aborto legal e de entrega de filho à adoção.

**AUTORIA:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para criminalizar a violação do sigilo nas hipóteses de realização de aborto legal e de entrega de filho à adoção.



SF/22937.67266-59

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Seção IV do Capítulo VI do Título I da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 154-C:

**“Violação de sigilo sobre a realização de aborto legal**

**Art. 154-C.** Revelar, divulgar, propagar, compartilhar ou transmitir, sem justa causa, informação ou documento sobre a realização de aborto nas hipóteses previstas no art. 128 deste Código:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa” (NR)

**Art. 2º** A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) passa a vigorar acrescida do seguinte art. 238-A:

**“Art. 238-A.** Revelar, divulgar, propagar, compartilhar ou transmitir, sem justa causa, informação ou documento sobre a entrega de filho à adoção:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.” (NR)



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei que ora apresentamos tem como finalidade criminalizar, em tipos penais específicos, a violação do sigilo nas hipóteses de realização de aborto legal e de entrega de filho à adoção.

Atualmente, a violação de segredo profissional é punida pelo art. 154 do Código Penal, que prevê pena de detenção, de três meses a um ano, ou multa, para aquele que revelar, sem justa causa, segredo de que tem ciência em razão de função, ministério, ofício ou profissão, e cuja revelação possa produzir dano a outrem.

Se o crime for praticado por funcionário público no exercício da função, o crime é o de violação de sigilo funcional, previsto no art. 325 do Código Penal, que é punido com detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave, para aquele que revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou se facilitar-lhe a revelação.

Por fim, a divulgação de segredo, de uma forma geral, também é punida pelo art. 153 do Código Penal, com pena de detenção, de um a seis meses, ou multa, para aquele que divulgar, sem justa causa, conteúdo de documento particular ou correspondência confidencial, de que é destinatário ou detentor, e cuja divulgação possa produzir dano a outrem.

Conforme se vê, todos esses tipos penais relacionados à revelação de segredos são punidos a título de detenção. Entretanto, no nosso entendimento, a pena deve ser proporcional ao prejuízo causado na vida dos indivíduos que têm suas vidas expostas.

No caso aborto legal, não raras vezes, as mulheres são indevidamente expostas ao realizar o aborto nas hipóteses autorizadas pelo





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

art. 128 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e pela Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 54/DF (feto com anencefalia). Nesses casos, a quebra do sigilo abrange uma cadeia de violências para todos os envolvidos, fazendo-os reviver traumas que desejam superar, notadamente quando a gravidez é fruto de ato de violência<sup>1</sup>.

Assim, com frequência, as mulheres são alvo de uma dupla vitimização: sofrem violência sexual ou experimentam circunstâncias graves em que há risco às suas vidas, e, na sequência desses tristes eventos, têm ilegalmente violado o seu sigilo enquanto pacientes, sendo expostas, desumanamente, a investigações por suspeitas de crime<sup>2</sup>. Cumpre salientar que as provas dos supostos crimes apontados são sempre ilegais, pois obtidas em irregular quebra de sigilo<sup>3</sup>.

É preciso, portanto, reverter essa inversão de valores: as mulheres fragilizadas devem ser acolhidas, e não expostas. É preciso protegê-las e apoiá-las, e não devassar sua intimidade num momento de fragilidade. É necessário, pois, a criação de tipo penal específico com pena condizente com a gravidade do desrespeito ao bem jurídico tutelado.

Por sua vez, a situação da violação de segredo sobre a entrega de filho para doação não é diferente, sendo que esse é também um direito garantido pela nossa legislação, especialmente pelos arts. 13, § 1º, e 19-A, ambos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). A quebra do sigilo, nessas situações, expõe mãe e criança, desrespeitando o direito à intimidade de ambos<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Vide Nota de Repúdio e direito ao sigilo do IBDFAM. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/9804>. Acesso em 30.06.2022.

<sup>2</sup> VILA-NOVA, Carolina. Ministra Damares Alves agiu para impedir aborto em criança de 10 anos. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/ministra-damares-alves-agiu-para-impedir-aborto-de-crianca-de-10-anos.shtml>. Acesso em 30.06.2022.

<sup>3</sup> Provas contaminadas: Santa Casa quebra sigilo e terá de indenizar acusada de praticar aborto. Revista Consultor Jurídico, 1º de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-nov-01/hospital-indenizar-mulher-acusada-praticar-aborto>. Acesso em 30.06.2022.

<sup>4</sup> Vide Nota Oficial da OAB/RJ, por meio das comissões OAB Mulher e de Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em: <https://www.oabrj.org.br/noticias/ordem-reforca-importancia-sigilo-sistema-adocao>. Acesso em 30.06.2022.





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

Infelizmente, uma vez violado o sigilo, pessoas sem empatia imaginam-se no direito de expor a vida de terceiros e julgar suas opções, revelando uma situação extremamente sensível, que é julgada com superficialidade pelos tribunais das redes sociais, dilacerando os envolvidos e expondo dados de nascimento da criança.

O sigilo, portanto, precisa ter, nesses casos, uma maior proteção em nossa ordem jurídica, devendo a sua violação apresentar uma pena superior, de forma a conferir uma maior proteção ao bem jurídico tutelado.

Diante do exposto, apresentamos o presente projeto de lei que pretende criar tipos penais específicos para os casos de violação do sigilo nas hipóteses de realização de aborto legal e de entrega de filho à adoção, com penas superiores àquelas conferidas pela nossa legislação a outras situações de violação de sigilo (segredo profissional, sigilo funcional ou divulgação de segredo). No nosso entendimento, a violação do sigilo naqueles casos tem consequências mais graves, devendo, em razão disso, ter pena mais severa.

Por essas razões, esperamos contar com o apoio de nossos nobres pares para que possamos aprovar esta nossa iniciativa legislativa.

Sala das Sessões,

Senador ROGÉRIO CARVALHO



SF/22937.67266-59

# LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>

- art128

- Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); ECA -

8069/90

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8069>

- art13\_par1

- art19-1